



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

Banco & Financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. **Sobre a Omni:** A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2020, a Omni possui ativos totais de R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,3 bilhão. O patrimônio líquido fechou em R\$ 504 milhões (R\$ 346 milhões em 2019), considerando o pagamento de R\$ 3 milhões (R\$ 6 milhões em 2019) de dividendos e R\$ 16 milhões de juros sobre capital próprio pago no decorrer do exercício. O lucro líquido do exercício é de R\$ 177 milhões (R\$ 87 milhões em 2019).

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Fndos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Disponibilidades	4	48.688	6.906
Instrumentos financeiros		3.545.996	3.142.191
Títulos e valores mobiliários	4, 5.a e 5.b	712.185	218.472
Operações de créditos	7.a	2.833.811	2.923.719
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(431.292)	(426.024)
Créditos tributários	13.b	236.260	198.192
Outros Ativos	8	89.879	114.542
Investimentos em participações em Controladas	9	325.557	178.289
Imobilizado de uso		11.505	9.843
(-) Depreciações e amortizações		(6.793)	(5.821)
Total do Ativo		3.819.800	3.218.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2020	2019
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	10.a	1.520.780	2.543.204
Depósitos Interfinanceiros		571.011	590.448
Depósitos		228.250	122.248
Dividas subordinadas		75.146	100.285
Outros passivos instrumentos financeiros		12	26.447
Provisões	12	26.447	26.465
Contingências	12	26.447	26.465
Outros passivos		490.567	301.320
Contas a pagar - Operações de Cartões	11	427.575	239.507
Fiscais e Previdenciárias	11.b	12.418	14.134
Outros passivos	11.c	50.574	47.679
Resultados de Exercícios Futuros		3.566	1.242
Patrimônio líquido		504.033	345.881
Capital social		300.000	164.088
Reservas de lucros		204.184	181.900
Outros resultados abrangentes		(151)	(107)
Total do Passivo		3.819.800	3.218.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Fndos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018						
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	164.088	12.129	107.505	(207)	—	283.515
Lucro líquido do exercício	—	—	—	100	87.090	87.090
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	—	4.355	—	—	(4.355)	—
Reservas de Lucros	—	—	82.735	—	(82.735)	—
Remuneração do capital próprio	—	—	(64.824)	—	—	(64.824)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.088	16.484	165.416	(107)	—	345.881
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	—	—	—	(44)	—	(44)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	177.196	177.196	177.196
Destinação do lucro líquido:						
Aumento de Capital Social	135.912	—	(135.912)	—	—	—
Reserva legal	—	8.860	—	—	(8.860)	—
Reservas de Lucros	—	—	168.336	—	(168.336)	—
Remuneração do capital próprio	—	—	(19.000)	—	—	(19.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.000	25.344	178.840	(151)	—	504.033
Saldos em 30 de junho de 2020	300.000	21.440	114.909	(171)	—	436.178
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	—	—	—	20	—	20
Lucro líquido do semestre	—	—	—	78.078	78.078	78.078
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	—	3.903	—	—	(3.903)	—
Reserva de Lucros	—	—	74.175	—	(74.175)	—
Remuneração do capital próprio	—	—	(10.243)	—	—	(10.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.000	25.343	178.841	(151)	—	504.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	31/12/2020	31/12/2019
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	99,99%	99,99%	99,99%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	100%	100%	100%

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** As alterações advindas das Resoluções CMN nº 4.818/2000 e BC nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Desta forma, a Instituição realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura no exercício de 2019 como segue:

Classificação do Cosif (Por grupo)	Nova classificação		
	Anterior	Atual (Por grupo)	
Disponibilidades	6.906	6.906	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	114.019	114.019	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	104.453	104.453	
Operações de créditos	2.677.967	2.923.719	
Outros créditos	245.752	—	
Operações de créditos	(426.024)	(426.024)	
Outros valores e bens	5.660	5.660	
Diversos	307.074	108.882	
Investimentos	178.283	178.283	
Outras imobilizações de uso	9.843	9.843	
(-) Depreciações acumuladas	(5.821)	(5.821)	
Total Ativo	3.218.112	3.218.112	
Depósitos	2.125.843	2.125.843	
Recursos de aceites e emissão de títulos	194.528	194.828	
Obrigações por empréstimos e repasses	100.285	100.285	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	122.248	122.248	
Outras obrigações	327.785	301.320	
Resultado de exercícios futuros	1.242	1.242	
Capital social	164.088	164.088	
Reservas de reavaliação	181.900	181.900	
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(107)	(107)	
Total Passivo	3.218.112	3.218.112	
Classificação anterior	Anterior	Atual	Nova Classificação por grupo
Receitas da intermediação financeira	1.390.325	1.390.325	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	1.403.953	1.403.953	Operações de crédito
Resultado de operações com títulos e mobiliários	6.126	6.126	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(19.754)	(19.754)	Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Despesas da intermediação financeira	(563.129)	(563.129)	Despesas da intermediação financeira
Operações de captação no mercado	(175.314)	(175.314)	Operações de captação no mercado
Outras despesas operacionais	(387.815)	(387.815)	Desconto concedido
Resultado bruto da intermediação financeira	827.196	827.196	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(303.916)	(303.916)	associadas ao risco de crédito
Outras receitas/(despesas) operacionais	139.191	139.191	Outras Receitas Operacionais
Receitas de prestação de serviços	105.473	105.473	Receitas de prestação de serviços
Resultado de participações em controladas	22.550	22.550	em controladas
Outras receitas operacionais	11.169	11.169	Outras receitas operacionais
Outras receitas/(despesas) operacionais	(604.881)	(604.881)	Outras Despesas Operacionais
Despesas de pessoal	(35.567)	(35.567)	Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas	(260.844)	(260.844)	Despesas com Serviços de terceiros
Outras despesas administrativas	(177.451)	(177.451)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(47.675)	(47.675)	Despesas tributárias
Outras despesas operacionais	(83.344)	(83.344)	Outras despesas operacionais
Outras receitas/(despesas) operacionais	3.077	3.077	Despesas de provisões
Provisões para Contingências	3.178	3.178	Provisões para Contingências
Outros Provisões	(101)	(101)	Outros Provisões
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	60.667	60.667	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações
Imposto de renda e contribuição social	26.423	26.423	Imposto de renda e contribuição social
Provisão para imposto de renda	(3.906)	(3.906)	Provisão para imposto de renda
Provisão para contribuição social	(2.474)	(2.474)	Provisão para contribuição social
Ativo fiscal diferido	32.803	32.803	Ativo fiscal diferido
Lucro líquido do exercício	87.090	87.090	Lucro líquido do exercício
Lucro líquido por ação em R\$	0,41144	0,41144	Lucro líquido por ação em R\$

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: (i) **Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. (ii) **Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. (iii) **Títulos disponíveis para venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço. A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não estão figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos

provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020. As provisões para créditos em liquidação são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da companhia em um dos nove diferentes níveis de risco (de A a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% para o caso de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **Cessões de crédito:** As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. Os ajustes decorrentes da reversão da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada em duplicidade na carteira dos fundos e na Instituição (a partir de 2014) e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição (arrasto), são contabilizados na rubrica de "Outros Passivos". **e) Outros ativos: Despesa antecipada:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. **Bens não de uso:** Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **g) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo, 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **i) Passivos: Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **Demais passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **j) Provisões:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **Provisões:** São reconhecidas contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **Obrigações legais:** São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **k) Resultados recorrentes/não recorrentes:** As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Instrumento previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às sociedades de créditos, financiamento e investimento". Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no exercício de 2020, no montante de R\$ 177.196 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. É calculado em 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas para 20% durante o período de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A contribuição social de 31 de dezembro de 2018 até 31 de dezembro de 2019 passou a ser calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável. **m) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n. 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução n. 9.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, sendo negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

a) O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2020	2019
Descrição	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	120.925	130.352
Disponibilidades	48.688	6.906



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Descrição	2019		2020	
	Realização	desajuste	Amortização	custo
Saldo no início do exercício	73		73	106.518
(-) Realização/amortização		(73)		(49.163)
(+) Realização por recompra (1)				212
Total				57.567

(1) Este valor não transitou pelo resultado.
f) Resultado das operações de crédito
 Descrição
 Rendas de empréstimos 56.537 128.034 164.772
 Rendas de financiamentos 338.460 775.724 818.934
 (+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge (10.153) (16.830) 3.278
 Resultado na cessão de operações de crédito - (2.194) -
 Resultado na securitização de crédito - (34.173) -
 Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1) 264.606 407.752 402.753
 Outras rendas de cartão de crédito 9.606 18.485 14.216
Total 659.196 1.277.511 1.403.993

(1) Refere-se substancialmente ao recebimento das carteiras adquiridas em exercícios anteriores.
g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2º Semestre 2020	2020	2019
Saldo no início do semestre/exercício	(487.990)	(426.024)	(275.973)
Renovação de carteira de crédito - não transitada no resultado (1)	(26.811)	(46.609)	(113.157)
Constituição	(116.427)	(342.319)	(307.465)
Reversão de provisões	11.133	55.246	3.549
Valores baixados para prejuízo	188.803	328.414	267.022
Saldo no fim do semestre/exercício	(431.292)	(431.292)	(426.024)

(1) Em fevereiro de 2019 a Omni adotou a renovação de carteira de crédito em prejuízo conforme Artigo 8º da Resolução 2682, representando um montante de R\$ 51.680 no exercício (R\$ 113.157 em 2019). (2) Em 30/04/2020 a Omni CFI realizou o cessão de créditos classificados como rating H, gerando reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 39 milhões. As operações objeto de renovação apresentaram o montante de R\$ 691.815 no exercício (R\$ 645.415 em 2019) do valor contábil da carteira de crédito no exercício.

8. OUTROS ATIVOS

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Longo prazo	Total	Valor
Custo de aquisição de carteira de créditos (1)	15.394	6.943	22.337	57.567
Devedores diversos - país	30.887		30.887	30.262
Despesas Antecipadas - Nota 10.b	3.047	1.829	4.876	4.731
Devedores por depósitos em garantia (2)		13.949	13.949	10.483
Adiantamentos diversos	5.685		5.685	4.379
Impostos e contribuições a compensar (3)	9.238		9.238	4.987
Rendias a receber	2.907		2.907	2.133
Total	67.158	22.772	89.930	114.544

(1) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 7.a; (2) Depósitos bancários a poder judiciário para garantia em ações judiciais; (3) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	2020		2019	
	Agilify Gestão e Cobrança	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.727	12.309	14.534
Patrimônio líquido da investida	22.649	5.554	10.940	13.853
Resultado do exercício da investida	25.638	2.827	(1.369)	(682)
Distribuição de dividendos (1)	(7.199)			
Percentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	100,00%
Aumento de capital (2)				560
Ajuste de avaliação patrimonial				
Equivalência patrimonial	23.072	2.827	(1.369)	(682)
Saldo em 31.12.2020	20.382	5.554	10.940	13.852

(1) Conforme AGE de 08 de junho de 2020, foi autorizada o pagamento de dividendos de exercícios anteriores e do exercício corrente no montante de R\$ 8 milhões pela Agilify Gestão e Cobrança. (2) Em 17 de dezembro de 2018, a Omni S.A. subscveu a quantia de 556.509 ações ordinárias nominativas que representam 3,97% do capital total com a Certa - Central de Registro de Títulos. Em 01 de julho de 2020 a Omni S.A. subscveu ações da 307 mil ações que representam 3,97% do capital total com a Certa.

10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

Descrição	2020		2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Depósitos interfinanceiros (1)	99.839	696.917	798.847	253.092
Depósitos a prazo (2)	6.191	19.055	411.287	21.866
Letras de crédito cambiais - Letras de câmbio (LC) (3)	2.957	29.606	9.343	94
Letras financeiras subordinadas (4)				
Empréstimos no exterior (5)			75.146	
Total	108.987	745.033	1.294.623	275.052

(1) Os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Omni são atualizados a uma taxa que varia entre 14,7% ao CDI de acordo com o prazo da aplicação. (2) Depósitos a prazo e os recursos de depósitos cambiais são atualizados a uma taxa que varia entre 10,2% a 148%. (3) Letras financeiras subordinadas, são atualizadas a uma taxa 136% a taxa Selic + 5%. (4) Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (IDB Invest) em junho de 2019 atualizada a uma taxa de 100% do CDI mais 2,1% ao ano. (5) Despesas com Operações de Captações de Mercado:

Descrição	2º semestre 2020		2020		2019	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Recursos de depósitos em garantia	(4.767)	(12.108)	(41.852)			
Depósitos a prazo	(9.652)	(22.226)	(41.817)			
Despesas de operações compromissadas	(28.055)	(73.004)	(66.835)			
Outras despesas de captação	(2.399)	(5.545)	(5.009)			
Total	(44.903)	(113.483)	(175.314)			

11. OUTROS PASSIVOS

a) Contas a pagar - Operações Cartões estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito, com saldo de R\$ 427.575 em 2020 (R\$ 239.507 em 2019). Os saldos a pagar são de curto prazo.
 b) Fiscais e previdenciárias.

Descrição	2020		2019	
	Curto prazo	Total	Curto prazo	Total
Imposto de renda e contribuição social	3.502	3.502	6.379	6.379
Contribuição previdenciária	3.308	3.308	3.753	3.753
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.238	1.238	1.090	1.090
Impostos e contribuições sobre salários	1.717	1.717	1.045	1.045
Programa de Integração Social - PIS	1.659	1.659	1.135	1.135
Outros	537	537	610	610
Total	12.918	12.918	14.124	14.124

(1) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

12. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

a) **Constituição das provisões:** A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Descrição	2020		2019	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2019	Valor
Ações trabalhistas e cíveis (1)	26.465	14.475	(14.493)	26.447
Total	26.465	14.475	(14.493)	26.447

(1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A pro-

visão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas. A despesa com provisões para contingências registradas no resultado no exercício foi R\$ 18 (R\$ 3.178 em 2019).

Acções trabalhistas	2020		2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Perdas	234	2.785	14	174
Provisões			2	246
Possíveis				6.900
TOTAL	234	2.785	16	420

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	142.658	142.658	60.667	60.667
Adições	292.488	292.488	323.424	323.424
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	287.073	287.073	303.916	303.916
Provisão para perdas outros valores e bens	214	214	27	27
Provisões operacionais	4.255	4.255	14.904	14.904
Despesas não dedutíveis	946	946	1.171	1.171
Dedução incentivos fiscais	(426.199)	(426.199)	(362.386)	(362.386)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(91)	(91)	(145)	(145)
Reversão de provisões operacionais	(8.466)	(8.466)	(11.071)	(11.071)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(42.085)	(42.085)	(39.025)	(39.025)
Perdas com créditos Lei nº 9.430	(205.578)	(205.578)	(267.594)	(267.594)
Reversão de provisão para contingências	(18)	(18)	(3.177)	(3.177)
Outras diferenças temporárias	(153.913)	(153.913)	(42.650)	(22.550)
Juros sobre Capital Próprio	(16.050)	(16.050)	(18.824)	(18.824)
Lucro real antes da compensação	8.947	8.947	21.705	21.705
(-) Compensação de prejuízos fiscais			(5.213)	(5.213)
Lucro real após a compensação	8.947	8.947	16.492	16.492
Total de imposto de renda e contribuição social (1)	(2.213)	(1.342)	(4.099)	(2.474)
Dedução de despesas fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONOM			150	
Dedução incentivos fiscais - PAT	54			
Aliquota de 15%	(1.342)	(1.342)	(2.474)	(2.474)
Adicional 1%	(871)		(1.625)	
Ativo fiscal diferido	23.774	14.265	20.502	12.301
Brigem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:				

Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL
 Adições temporárias
 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 Provisão para perdas outros valores e bens
 Provisão para contingências
 Ajuste a valor de mercado
 Demais provisões temporárias
 Dedução de despesas temporárias
 Total do crédito tributário
 c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.842/20 do Conselho Monetário Nacional. Referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
%	59,58%	36,07%	2,02%	0,96%	0,70%	0,34%	0,19%	0,09%	0,03%	0,02%	100,00%
IRPJ	87.976	53.261	2.983	1.418	1.034	502	291	133	44	30	147.822
CSLL	52.786	31.957	1.790	851	620	301	168	80	27	18	88.598
Valor Presente	140.761	85.218	4.773	2.269	1.654	803	449	213	71	48	236.260
Valor Previsto	138.001	81.909	4.498	2.096	1.498	713	391	181	59	40	229.386

Em 31 de dezembro de 2020, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 229.386 (2019 - R\$ 185.073), considerando a taxa Selic de 2,00% ao ano.

Descrição	2020		2019	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	183.713	136.927	(97.268)	223.372
Provisão para perdas outros valores e bens	162	86	(37)	211
Provisões operacionais	10.596	792	(10.579)	10.579
Demais provisões temporárias	3.653	562	(2.224)	1.991
(-) Subtotal do crédito tributário	198.114	138.367	(100.328)	236.153
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abreangentes	78	1.139	(1.110)	107
(-) Total do crédito tributário	198.192	139.506	(101.438)	236.260

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) **Remuneração dos empregados e administradores:** De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com honorários da diretoria em 2020 foram no montante de R\$ 5.653 (R\$ 4.934 em 2019). A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição). A Instituição não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados. b) **Transações com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de depósitos e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizado R\$ 324.001 (R\$ 318.165 em 2019), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Ativos	Recultas	Ativos	Recultas
Disponibilidades	42.937	2.882	56	56
Omni Banco S.A.	42.937			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5		1.189	1.189
Omni Banco S.A.			114.019	114.019
Outros ativos	2.199	3.505	1.873	1.856
Agilify Gestão e Cobrança Ltda.	257	257	342	342
Omni Informática Ltda.	44	44	46	46
Omni Companhia Securitizadora	63	578	78	792
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9		67	68
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	3	9	24	24
Omni Corretora de Seguros	84	84		
Vector Tecnologia e Serviços Ltda.	123	123		
Omni Banco S.A.	1.625	2.416	1.316	584
Total de Ativos e Recultas	45.136	3.505	118.774	3.101

a) **Capital social:** O Capital social é de R\$ 300.000 (R\$ 164.088 em 2019) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2019) ações, sendo 186.862.543 CN (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais) totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 30 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 136 milhões correspondente a 211.672.633 (duzentas e onze milhões, seiscentas e setenta e duas mil e seiscentos e trinta e três) ações. b) **Reservas de lucros:** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. c) **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 2.949 (R\$ 6.000 em 2019). No exercício de 2020 foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2020, no montante de R\$ 16.051. d) **Reservas especiais de lucros:** O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam



Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 18.846.364/0001-52

Banco & Financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da Omni S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, ou, a aprovado em Assembleia Geral. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 13,8 milhões (R\$ 14,5 milhões em 2019). O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 0,7 milhão (lucro de R\$ 1,0 milhão em 2019). **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes a caixa		7.226	2.262
Instrumentos financeiros		5	3
Títulos e valores mobiliários		3	6
Operação de arrendamento mercantil		19.207	31.313
Operação de arrendamento - setor privado	6	23.170	33.396
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.963)	(12.083)
Créditos tributários		11	6.471
Outros ativos		8	234
Total do Ativo		33.194	38.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2020	2019
Depósitos e demais instrumentos financeiros		14.174	19.677
Depósitos interfinanceiros	13	14.174	19.677
Obrigações fiscais diferidas		4.449	4.075
Outros passivos		9	697
Fiscais e previdenciárias		617	124
Diversos		1030	573
Resultado de Exercícios Futuros		21	68
Resultado de Exercícios Futuros		21	68
Patrimônio líquido		13.853	14.535
Capital	10	10.000	10.000
Capital domiciliados no País		10.000	10.000
Reserva de lucros		3.853	4.535
Total do Passivo		33.194	38.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Receitas da intermediação financeira		2.667	5.907	7.376
Resultado de operações de arrendamento mercantil	14a	2.667	5.907	7.372
Resultado com títulos e valores mobiliários		-	-	4
Despesas de intermediação financeira		(183)	(593)	(1.153)
Operações de Captação no Mercado		(183)	(593)	(1.153)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.484	5.314	6.223
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.247)	(3.858)	(1.259)
Outras receitas operacionais		29	53	159
Receita da prestação de serviços		29	53	139
Outras receitas operacionais		-	8	20
Outras Despesas Operacionais		(983)	(2.751)	(3.883)
Despesa de pessoal	14b	(349)	(804)	(1.058)
Outras despesas administrativas	14d	(437)	(1.545)	(2.401)
Despesas tributárias	14c	(187)	(388)	(385)
Outras despesas operacionais		(10)	(14)	(39)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		283	(1.234)	1.244
IR e CS		(61)	552	(235)
Provisão para imposto de renda		(247)	(247)	-
Provisão para contribuição social		(173)	(173)	-
Ativo fiscal diferido		359	972	(235)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios		222	(682)	1.009
Lucro líquido/(prejuízo) por ação do semestre/exercícios		0,02220	(0,06820)	0,10090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020

	2º Semestre 2020	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	222	(682)	1009
Ajustes de avaliação patrimonial			
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	222	(682)	1.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	10.000	184	3.342	13.526
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.009
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	51	-	(51)
Reserva de Lucros	-	-	958	(958)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	10.000	235	4.300	14.535
Prejuízo do exercício	-	-	-	(682)
Destinações do prejuízo:				
Reserva de Lucros	-	-	(682)	682
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	10.000	225	3.618	13.853
Saldos em 30 de Junho de 2020	10.000	235	3.396	13.631
Lucro líquido do semestre	-	-	-	222
Destinações do prejuízo:				
Reserva legal	-	11	-	(11)
Reserva de Lucros	-	-	211	(211)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	10.000	246	3.607	13.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Atividades operacionais		222	(682)	1.009
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercício		222	(682)	1.009
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		4.440	8.194	5.313
Depreciações e amortizações		3.132	4.888	3.823
Ativo fiscal diferido		(359)	(972)	235
IR e CS correntes		420	420	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1.247	3.858	1.255
Lucro líquido ajustado		4.662	7.512	6.322
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(2.096)	3.402	(12.356)
Títulos e valores mobiliários		3	3	-
Operações de Arrendamento Mercantil		1.964	3.360	(12.674)
Outros ativos		(132)	39	305
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		(5.236)	(5.893)	6.269
Depósitos		4.855	(5.500)	8.391
Outros passivos		(341)	(347)	(86)
Resultados de exercícios futuros		(10)	(47)	(160)
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		1.522	5.017	225
Caixa e equivalentes de caixa		7.226	2.262	2.037
No início do semestre/exercício		5.757	2.262	2.037
No fim do semestre/exercício		7.226	2.262	2.037
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		1.522	5.017	225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de validade limitado, constituída em 22 de maio de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 pelo Ofício 080066/2012. A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, norma de Instrução de Conselho Monetário Nacional (CIN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** As alterações advindas das Resoluções CMN nº 4.818/2000 e BCB nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer simulação com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a Instituição realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionar informação mais relevante e confiável para o usuário; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os saldos relativos do exercício social anterior para os aspectos apresentados, a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura no exercício de 2019 como segue:

Classificação anterior	Anterior	Atual	Nova classificação por grupo
Disponibilidades	2.262	2.262	Caixa e equivalentes a caixa
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	6	Instrumentos financeiros
Operação de arrendamento mercantil	166	166	Operações de arrendamento mercantil
Imobilizado de arrendamento mercantil	66.056	66.056	Operações de arrendamento mercantil
Créditos por antecipação de valor residual	(32.826)	(32.826)	Operações de arrendamento mercantil
Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.083)	(2.083)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outros créditos	273	273	Outros Ativos
Diversos	5.175	5.175	Créditos Tributários
Total Ativo	38.979	38.979	
Depósitos	113.177	113.177	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	4.075	4.075	Obrigações fiscais diferidas
Outras obrigações	624	624	Outros Passivos
Resultado de exercícios futuros	68	68	Resultado de exercícios futuros
Capital social	10.000	10.000	Capital social
Reserva de lucros	4.326	4.326	Reservas de lucros
Total Passivo	38.979	38.979	
Receitas da intermediação financeira	7.376	7.376	Receitas da intermediação financeira
Resultado de operações de arrendamento mercantil	7.372	7.372	Resultado de operações de arrendamento mercantil
Outras receitas tributárias	(1.153)	(1.153)	Resultado com títulos e valores mobiliários
Despesa da intermediação financeira	(1.153)	(1.153)	Despesa da intermediação financeira
Operações de captação no mercado	(1.153)	(1.153)	Operações de captação no mercado
Resultado bruto da intermediação financeira	6.223	6.223	Resultado bruto da intermediação financeira
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.255)	(1.255)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outras receitas/(despesas) operacionais	159	159	Outras Receitas Operacionais
Receitas de prestação de serviços	139	139	Receitas de prestação de serviços
Outras receitas operacionais	20	20	Outras receitas operacionais
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.883)	(3.883)	Outras Despesas Operacionais
Despesa de pessoal	(1.058)	(1.058)	Despesa de pessoal
Outras despesas administrativas	(2.401)	(2.401)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(385)	(385)	Despesas tributárias
Outras despesas operacionais	(39)	(39)	Outras despesas operacionais
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.244	1.244	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações
Imposto de renda e contribuição social	(235)	(235)	Imposto de renda e contribuição social
Ativo fiscal diferido	(235)	(235)	Ativo fiscal diferido
Lucro líquido/(prejuízo)	1.009	1.009	Lucro líquido/(prejuízo)
Lucro líquido por ação em R\$	0,10090	0,10090	Lucro líquido/(prejuízo) por ações - R\$

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata para aquelas de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes a caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Instrumentos financeiros:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de demonstrações contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a avaliação estimativa incluem a avaliação da capacidade de liquidação da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisão inerente ao processo de sua determinação. A Instituição revisa suas estimativas e pressupostos a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo:** **Títulos e valores mobiliários:** Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos para negociação -** Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii. Títulos mantidos até o vencimento -** Adquiridos com a intenção de capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **iii. Títulos disponíveis para venda -** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/04 do BACEN, que contém cláusulas de: **(a) Não cancelamento;** **(b) opção de compra;** e **(c) atualização prefixada;** são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: **(i) Arrendamento e receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN. **(iii) Imobilizado de arrendamento:** O imobilizado de arrendamento é demonstrado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada, calculada pela seguinte linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. O valor de custo do imobilizado de arrendamento é incorporado ao cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e sua depreciação é demonstrada no resultado das operações de arrendamento mercantil financeiro. **(iv) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações classificadas em níveis A, B, C, D, E, F, G, H, no momento em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo patrimonial no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. **a. Expectativa de recuperação:** A expectativa de recuperação é demonstrada ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada, calculada pela seguinte linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. O valor de custo do imobilizado de arrendamento é incorporado ao cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e sua depreciação é demonstrada no resultado das operações de arrendamento mercantil financeiro. **(iv) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações classificadas em níveis A, B, C, D, E, F, G, H, no momento em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo patrimonial no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. **a. Expectativa de recuperação:** A expectativa de recuperação é demonstrada ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada, calculada pela seguinte linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado,